

PM E CBM

**PM E CBM - PB POLÍCIA MILITAR E
CORPO DE BOMBEIROS MILITAR**

Curso de Formação de Soldados

**EDITAL N.º 001/2023 – CFSD PM/BM,
DE 28 DE JULHO DE 2023**

**CÓD: SL-040AG-23
7908433239574**

Língua Portuguesa

1. Compreensão e inteligência de textos.....	9
2. Tipologia textual.....	12
3. Coesão e coerência.....	13
4. Figuras de linguagem.....	15
5. Ortografia.....	17
6. Acentuação gráfica.....	18
7. sinal indicativo de crase.....	19
8. Formação, classe e emprego de palavras.....	20
9. Sintaxe da oração e do período.....	30
10. Pontuação.....	33
11. Concordância nominal e verbal.....	36
12. Colocação pronominal.....	37
13. Regência nominal e verbal.....	39
14. Equivalência e transformação de estruturas.....	41
15. Paralelismo sintático.....	43
16. Relações de sinonímia e antonímia.....	44

Raciocínio Lógico

1. Lógica proporcional.....	51
2. Argumentação lógica.....	53
3. Raciocínio sequencial.....	53
4. Raciocínio lógico quantitativo.....	55
5. Raciocínio lógico analítico.....	56
6. Diagramas lógicos.....	57
7. Análise combinatória. Probabilidade.....	59

Geografia da Paraíba

1. Formação do território paraibano. Geografia física: relevo, clima, vegetação, hidrografia. Geografia humana: aspectos econômicos, sociais e culturais.....	69
---	----

História da Paraíba

1. Origens e conquista da Paraíba (1574-1585). A presença de portugueses, franceses e espanhóis no território paraibano. Povos indígenas do litoral ao sertão. A Paraíba no sistema de capitanias hereditárias e a conquista do interior. Holandeses na Paraíba. Inquisição e expulsão de jesuítas. A Paraíba no século XIX. Independência. Primeiro Reinado. Período Regencial. Segundo Reinado. A Confederação do Equador. A Paraíba e a Guerra do Paraguai. A Paraíba e o Quebra-quilos. O Ronco das Abelhas. A Paraíba na República. A Paraíba no século XX. Oligarquias, coronelismo e cangaço. Revolta de Princesa. Revolução de 30. Revolução Constitucionalista de 1932. Intentona Comunista 1935. A Paraíba no Estado Novo de Vargas. A Paraíba e a Segunda Guerra Mundial.....	75
--	----

Inglês

1. Compreensão de textos. Capacidade de compreender ideias gerais e específicas por meio da análise de textos selecionados de livros, jornais ou revistas, que abordem temas culturais, literários e científicos..... 91
2. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos. 93

Espanhol

1. Compreensão de textos. Capacidade de compreender ideias gerais e específicas por meio da análise de textos selecionados de livros, jornais ou revistas, que abordem temas culturais, literários e científicos. Itens gramaticais relevantes para a compreensão dos conteúdos semânticos..... 127

Noções de Informática

1. Conceito de Internet e Intranet. Ferramentas e aplicativos de navegação..... 137
2. De correio eletrônico 140
3. De grupo de discussão 142
4. De busca e pesquisa..... 145
5. Principais aplicativos para edição de textos, planilhas eletrônicas, geração de material escrito, audiovisual e outros. Pacote Microsoft Office. 147
6. Noções de sistema operacional (Windows e Linux)..... 153
7. Conceitos de proteção e segurança. 175
8. Noções de vírus, worms, phishing e pragas virtuais. Aplicativos para segurança (antivírus, firewall, anti-spyware e VPN). ... 177
9. Computação na nuvem (cloud computing)..... 180

Noções de Direito Constitucional

1. Dos Direitos e Garantias Fundamentais em Espécie; Direito à vida; Direito à Liberdade 185
2. Princípio da Igualdade (Art. 5º I); Princípio da legalidade e da Anterioridade Penal (Art. 5º II, XXXIX); Liberdade da Manifestação do Pensamento (Art. 5º IV); Inviolabilidade da Intimidade; Vida Privada; Honra e Imagem (Art. 5º X); Inviolabilidade do Lar (Art. 5º XI); Sigilo de Correspondência e de Comunicação (Art. 5º XII) 186
3. Liberdade de Locomoção (Art. 5º XV); Direito de Reunião e de Associação (Art. 5º XVI, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI); Direito de Propriedade (Art. 5º XXII e XXIII); Vedação ao Racismo (Art. 5º XLII); Garantia às Integridades Física e Moral do Preso (Art. 5º XLIX); Vedação às Provas Ilícitas (Art. 5º LVI); Princípio da Presunção de Inocência (Art. 5º LVII); Privilégio Contra a Auto-Incriminação (Art. 5º LXIII) 187
4. Dos militares dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (art. 42) 188
5. Da Segurança Pública (art.144) 189

Noções de Direito Penal

1. Princípios constitucionais do Direito Penal..... 193
2. A lei penal no tempo. A lei penal no espaço 196
3. Interpretação da Lei Penal 199
4. Infração penal: espécies..... 199
5. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal 204
6. Tipicidade, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade 205

ÍNDICE

7. Imputabilidade penal.....	213
8. Concurso de pessoas.....	215
9. Crimes contra a pessoa (homicídio, das lesões corporais, da rixa)	216
10. Crimes contra o patrimônio (furto, roubo, extorsão, extorsão mediante sequestro)	225
11. Crimes contra a administração pública (peculato e suas formas, concussão, corrupção ativa e passiva, prevaricação).....	230

Noções de Direito Processual Penal

1. Inquérito Policial.	241
2. Da ação penal: Espécies.	241
3. Da prisão, das medidas cautelares e da liberdade provisória.....	243

Noções de Direito Militar

1. Estatuto dos Policiais Militares da Paraíba (Lei 3.909/77): Da Hierarquia e da Disciplina (Art. 12 à 19), 1.2. Do Valor Policial Militar (Art. 26), Da Ética Policial Militar (Art. 27 à 29), Dos Deveres Policiais Militares (Art. 30), Do Compromisso Policial Militar (Art. 31), Do Comando e da Subordinação (Art. 33 à 39).....	251
2. Lei Complementar Estadual nº 87/2008.....	253
3. Crime militar: caracterização do crime militar (art. 9º do CPM); propriamente e impropriamente militar	253
4. Violência contra superior (art.157 CPM)	254
5. Violência contra inferior (art.175 CPM)	254
6. Abandono de Posto (art.195 CPM)	254
7. Embriaguez em serviço (art. 202 CPM).....	254
8. Dormir em serviço (art. 203 CPM)	254
9. Justiça Militar Estadual. Art. 125, §§ 3º, 4º e 5º CF/88.....	255
10. Art. 187 a 198 da Lei Complementar 096/10 (Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba)	255

Legislação Extravagante

1. Lei nº 13.869/2019 (Abuso de Autoridade)	259
2. Lei nº 8.072/90 (Crimes Hediondos).....	262
3. Lei nº 9.455/97 (Tortura)	263
4. Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), Das disposições Preliminares (Art. 1º à 6º), Das medidas de proteção (Art. 98 à 102), Da prática de Ato Infracional (Art. 103 à 128), Das medidas Pertinentes aos Pais ou responsável (Art. 129 e 130)	264
5. Lei 11.340/2006 lei Maria da penha (das medidas protetivas de urgência e do crime de descumprimento de medidas protetivas de urgência).....	269
6. Lei nº 10.826/2003; (Estatuto do Desarmamento).....	270

Noções de Sociologia

1. Reinvidicações populares urbanas. Movimentos sociais e lutas pela moradia. Movimentos e lutas sociais na história do Brasil. Classes Sociais e movimentos sociais.....	279
2. Movimentos sociais e educação.	287

IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

CACHORROS

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS**Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

Ironia verbal

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

Ironia de situação

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem suces-

Compreensão de Ideias Específicas Expressas em Parágrafos e Frases e a Relação Entre Parágrafos e Frases do Texto¹

Ao responder às questões faça outra leitura, pois com isso se identificará com mais facilidade a resposta correta.

Fazer uso de um bom dicionário é valioso para o desenvolvimento da habilidade de ler e escrever em língua estrangeira. E ainda mais importante é perceber que a leitura de textos vai além das traduções feitas com auxílio do dicionário ou até mesmo de treino exclusivo de leitura em voz alta para melhorar a pronúncia.

Ler em língua estrangeira também ajuda a aprimorar a sua habilidade em interpretar e relacionar informações, inclusive quando não se conhece as palavras.

Quanto mais se exercitar a leitura de textos em geral, melhor os compreenderá; desse modo, passará a observá-los mais detalhadamente.

Sua atitude como leitor vai mudar. Em vez de fugir quando se deparar com um vocabulário novo, se passará a inferir sobre significados e exercitará a habilidade em relacionar fatos e contextos.

Localização e Identificação de Informações Específicas em Um ou Mais Trechos do Texto

O emprego de estratégias e técnicas de análise da informação nos ajudará a segmentar e a organizar a informação, a identificar as ideias principais e a inter-relacionar os conceitos, melhorando a compreensão e a aprendizagem.

Definições de Segmentação

Segmentar um texto consiste em decompor provisoriamente em proporções mais maleáveis mediante a divisão de segmentos, geralmente parágrafos ou sinais gráficos. É uma técnica que desassocia, recupera e avalia os elementos de um texto, tal como as ideias, expressões, para determinar seu valor e importância. A segmentação é uma ferramenta que nos permite filtrar a informação não relevante. Na hora de SEGMENTAR temos que analisar uma série de fatores.

Fatores Linguísticos

Fonológicos: forma do texto

Sintáticos: estrutura do texto

Semânticos: significado do texto

Fatores Linguísticos (Contextuais, Lógicos, Psicológicos...)

A segmentação depende tanto das características dos fragmentos a obter (parágrafos, orações...), como da fonte da qual se obtém (texto marcado, texto plano...).

Uma das múltiplas formas de fragmentar consiste em copiar o texto com margem fluante a direita mantendo em cada linha os conjuntos cuja coesão interna é suficientemente forte. Isto leva a um desmembramento da informação explorando as partículas menores até que as partes pertinentes da estrutura caiam expostas e dispostas para serem compreendidas. A segmentação do texto permite sua análise fracionada.

Como Segmentar?

A segmentação requer a aplicação de uma série de estratégias e técnicas para adentrar no conteúdo do texto e conhecer tanto seu funcionamento como seu significado e poder assim selecionar as ideias principais e determinar seu sentido global.

Para afrontar a leitura de um texto de forma eficaz temos que ter em conta a estratégia a seguir que definirá o objetivo que queremos conseguir e a técnica utilizada para consegui-lo.

Identificação das Ideias Principais

A ideia principal de um texto é aquela que expressa em sua essência o que o autor quer transmitir. Constitui a causa principal do desenvolvimento das ideias subsequentes e sua eliminação provocaria uma falta de sentido no resto do texto. Uma ideia pode ser principal porque resume o que está sendo dito ou porque o provoca. Portanto, contém a mensagem global do texto, seu conteúdo mais importante e essencial, aquele que emana todos os demais.

Interessa aqui distinguir tema (aquele de que trata o texto e pode expressar-se mediante uma palavra ou uma sentença) e a ideia principal (informada no enunciado ou enunciados mais importantes que o escritor utiliza para explicar o tema). As ideias principais podem estar explícitas ou implícitas no texto, e não há uma forma clara para identificá-las. Emprega-se aqui o processo de ABSTRACÃO, um procedimento dedutivo que permite perceber a essência do texto, eliminando os detalhes.

Um texto pode estar composto por algumas ideias principais com distinto nível de importância: desde muito importante a muito pouco importante com matizes intermediários. As ideias principais representam-se na memória em um nível superior frente as ideias secundárias que ocupam uma posição inferior em uma estrutura hierárquica de armazenamento. Por esse motivo, a informação principal se recorda melhor que as informações secundárias.

Como identificá-la

Nos artigos científicos, a ideia principal deve estar nos primeiros parágrafos, e as vezes é a primeira frase;

É a que gera maiores conexões lógicas;

É a que tem maior carga informativa.

Seleção da Informação

A estratégia da seleção opera de forma positiva extraído do texto a informação necessária e relevante. Sua aplicação possibilita reduzir a complexidade da estrutura física dos textos sem que se perca a informação, e há de permitir deduzir a partir da informação selecionada.

Recomendações

Identificar a estrutura e posição dos parágrafos no texto.

Identificar as frases que desenvolvem uma ideia importante.

Selecionar as palavras chaves representativas, geralmente substantivos, verbos, e expressões substantivas.

Escrever as ideias com palavras chave.

Reconhecer adequadamente os vínculos lógicos entre os parágrafos e as palavras de ligação do texto.

Compreensão da Informação

A estratégia de compreensão permite captar a estrutura do texto e integrar de forma coerente a informação nova aos próprios conhecimentos e esquemas de quem lê.

O leitor, para avaliar a compreensão utiliza referências:

¹ http://www.miniwebcursos.com.br/curso_aprender/modulos/aula_3/segmentar.html

28	B
29	E
30	D

ANOTAÇÕES

Two columns of horizontal lines for taking notes, separated by a vertical dotted line.

Parágrafo 4º - Em igualdade de posto ou graduação, a precedência entre os policiais militares de carreira na ativa e os da reserva remunerada que estiverem convocados, é definida pelo tempo de efetivo serviço no posto ou graduação.

Art. 16 - A precedência entre as Praças Especiais e as demais praças é assim regulada:

I - Os Aspirantes-a-oficial PM são hierarquicamente superiores às demais praças;

II - Os Alunos-Oficiais PM são hierarquicamente superiores aos Subtenentes PM.

Art. 17 - A Polícia Militar manterá um registro de todos os dados referentes a seu pessoal da ativa e da reserva remunerada, dentro das respectivas escalas numéricas, segundo as instruções baixadas pelo Comandante-Geral da Corporação.

Art. 18. Os Alunos-Oficiais PM são declarados Aspirantes-a-Oficial PM pelo Comandante-Geral da Corporação.

CAPÍTULO III DO CARGO E DA FUNÇÃO POLICIAIS MILITARES

Art. 19 - Cargo policial militar é aquele que só pode ser e exercido por policial militar serviço ativo.

Parágrafo 1º - O cargo policial-militar a que se refere este artigo é o que se encontra especificado nos Quadros da Organização ou previsto, caracterizado ou definido como tal em outras disposições legais.

Parágrafo 2º - A cada cargo policial militar corresponde um conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades que se constituem em obrigações do respectivo titular.

Parágrafo Único - As obrigações inerentes ao policial militar devem ser compatíveis com o correspondente grau hierárquico e definidos em legislação ou regulamentação específicas.

SEÇÃO I DO VALOR POLICIAL MILITAR

Art. 26 - São manifestações essenciais do valor policial-militar:

I - O sentimento de servir à comunidade estadual, traduzido pela vontade inabalável de cumprir o dever policial militar e pelo integral devotamento à manutenção da ardem pública, mesmo com o risco da própria vida;

II - A fé na elevada missão da Polícia Militar;

III - O civismo e o culto das tradições históricas;

IV - O espírito de corpo, orgulho do policial militar pela organização policial-militar onde serve;

V - O amor à profissão policial-militar e o entusiasmo com que é exercida; e

VI - O aprimoramento técnico-profissional.

SEÇÃO II DA ÉTICA POLICIAL MILITAR

Art. 27. O sentimento do dever, o pundonor policial e o decore da classe impõem, a cada um dos integrantes da Polícia Militar, conduta moral e profissional irrepreensíveis. Com a observância dos seguintes preceitos da ética policial militar:

I - Amar a verdade e a responsabilidade como fundamento da dignidade pessoal;

II - Em Exercer com autoridade, eficiência e probidade as funções que lhe couberem em decorrência do cargo;

III - Respeitar a dignidade da pessoa humana;

IV - Cumprir e fazer cumprir as leis, os regulamentos, as instruções e as ordens das autoridades competentes;

V - Ser justo e imparcial no julgamento dos atos e na apreciação do mérito dos subordinados;

VI - Zelar pelo preparo próprio, moral, intelectual, físico e também pelos dos subordinados, tendo em vista o cumprimento da missão comum;

VII - Empregar todas as suas energias em benefício do serviço;

VIII - Praticar a camaradagem e desenvolver permanentemente o espírito de cooperação;

IX - Ser discreto em suas atitudes, maneiras e em sua linguagem escrita e falada;

X - Abster-se de tratar, fora do âmbito apropriado, de matéria sigilosa relativa à Segurança Nacional;

XI - Acatar as autoridades civis;

XII - Cumprir seus deveres de cidadão;

XIII - Proceder de maneira ilibada na vida pública e na particular;

XIV - Observar as normas de boa educação;

XV - Garantir assistência moral e material a seu lar e conduzir-se como chefe de família modelar;

XVI - Conduzir-se mesmo fora do serviço ou na inatividade, de modo que não sejam prejudicados os princípios da disciplina, do respeito e do decore policial militar;

XVII - Abster-se de fazer uso do posto ou da graduação para obter facilidades pessoais de qualquer natureza ou para encaminhar negócios particulares ou de terceiros;

XVIII - Abster-se do policial-militar na inatividade do uso das designações hierárquicas quando:

- em atividades político-partidárias
- em atividades comerciais;
- em atividades industriais;
- para discutir ou provocar discussões pela imprensa a respeito de assuntos políticos ou policiais militares, excetuando-se os de natureza exclusivamente técnica, se devidamente autorizado; e

XIX - Zelar pelo bom nome da Polícia Militar e de cada um dos seus integrantes, obedecendo e fazendo obedecer aos preceitos da ética policial-militar.

Art. 28 - Ao policial-militar da ativa, ressalvado o disposto nos parágrafos 2º e 3º, é vedado comerciar ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade ou dela ser sócio ou participar, exceto como acionista ou quotista, em sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada.

Parágrafo 1º - Os policiais militares na reserva remunerada, quando convocados, ficam proibidos de tratar, nas organizações policiais militares e nas repartições públicas civis, dos interesses de organizações ou empresas privadas de qualquer natureza.

Parágrafo 2º - Os policiais militares da ativa podem exercer diretamente a gestão de seus bens, desde que não infrinjam o disposto no presente artigo.

Parágrafo 3º - No intuito de desenvolver a prática profissional dos integrantes do Quadro de Saúde, é-lhe permitido o exercício da atividade técnico-profissional no meio civil, desde que tal prática não prejudique o serviço.

Art. 29 - O Comandante-Geral da Polícia Militar poderá determinar aos policiais militares da ativa que, no interesse da salvaguarda da dignidade dos mesmos, informem sobre a origem e a natureza de seus bens, sempre que houver razões que recomendem tal medida.

III – possuir, detiver, fabricar ou empregar artefato explosivo ou incendiário, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar;

IV – portar, possuir, adquirir, transportar ou fornecer arma de fogo com numeração, marca ou qualquer outro sinal de identificação raspado, suprimido ou adulterado;

V – vender, entregar ou fornecer, ainda que gratuitamente, arma de fogo, acessório, munição ou explosivo a criança ou adolescente; e

VI – produzir, recarregar ou reciclar, sem autorização legal, ou adulterar, de qualquer forma, munição ou explosivo.

§ 2º Se as condutas descritas no caput e no § 1º deste artigo envolverem arma de fogo de uso proibido, a pena é de reclusão, de 4 (quatro) a 12 (doze) anos. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Comércio ilegal de arma de fogo

Art. 17. Adquirir, alugar, receber, transportar, conduzir, ocultar, ter em depósito, desmontar, montar, remontar, adulterar, vender, expor à venda, ou de qualquer forma utilizar, em proveito próprio ou alheio, no exercício de atividade comercial ou industrial, arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 1º Equipara-se à atividade comercial ou industrial, para efeito deste artigo, qualquer forma de prestação de serviços, fabricação ou comércio irregular ou clandestino, inclusive o exercido em residência. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

§ 2º Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização ou em desacordo com a determinação legal ou regulamentar, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Tráfico internacional de arma de fogo

Art. 18. Importar, exportar, favorecer a entrada ou saída do território nacional, a qualquer título, de arma de fogo, acessório ou munição, sem autorização da autoridade competente:

Pena - reclusão, de 8 (oito) a 16 (dezesesseis) anos, e multa. (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem vende ou entrega arma de fogo, acessório ou munição, em operação de importação, sem autorização da autoridade competente, a agente policial disfarçado, quando presentes elementos probatórios razoáveis de conduta criminal preexistente. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Art. 19. Nos crimes previstos nos arts. 17 e 18, a pena é aumentada da metade se a arma de fogo, acessório ou munição forem de uso proibido ou restrito.

Art. 20. Nos crimes previstos nos arts. 14, 15, 16, 17 e 18, a pena é aumentada da metade se: (Redação dada pela Lei nº 13.964, de 2019)

I - forem praticados por integrante dos órgãos e empresas referidas nos arts. 6º, 7º e 8º desta Lei; ou (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

II - o agente for reincidente específico em crimes dessa natureza. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

Art. 21. Os crimes previstos nos arts. 16, 17 e 18 são insuscetíveis de liberdade provisória. (Vide Adin 3.112-1)

CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 22. O Ministério da Justiça poderá celebrar convênios com os Estados e o Distrito Federal para o cumprimento do disposto nesta Lei.

Art. 23. A classificação legal, técnica e geral bem como a definição das armas de fogo e demais produtos controlados, de usos proibidos, restritos, permitidos ou obsoletos e de valor histórico serão disciplinadas em ato do chefe do Poder Executivo Federal, mediante proposta do Comando do Exército. (Redação dada pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º Todas as munições comercializadas no País deverão estar acondicionadas em embalagens com sistema de código de barras, gravado na caixa, visando possibilitar a identificação do fabricante e do adquirente, entre outras informações definidas pelo regulamento desta Lei.

§ 2º Para os órgãos referidos no art. 6º, somente serão expedidas autorizações de compra de munição com identificação do lote e do adquirente no culote dos projéteis, na forma do regulamento desta Lei.

§ 3º As armas de fogo fabricadas a partir de 1 (um) ano da data de publicação desta Lei conterão dispositivo intrínseco de segurança e de identificação, gravado no corpo da arma, definido pelo regulamento desta Lei, exclusive para os órgãos previstos no art. 6º.

§ 4º As instituições de ensino policial e as guardas municipais referidas nos incisos III e IV do caput do art. 6º desta Lei e no seu § 7º poderão adquirir insumos e máquinas de recarga de munição para o fim exclusivo de suprimento de suas atividades, mediante autorização concedida nos termos definidos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

Art. 24. Excetuadas as atribuições a que se refere o art. 2º desta Lei, compete ao Comando do Exército autorizar e fiscalizar a produção, exportação, importação, desembaraço alfandegário e o comércio de armas de fogo e demais produtos controlados, inclusive o registro e o porte de trânsito de arma de fogo de colecionadores, atiradores e caçadores.

Art. 25. As armas de fogo apreendidas, após a elaboração do laudo pericial e sua juntada aos autos, quando não mais interessarem à persecução penal serão encaminhadas pelo juiz competente ao Comando do Exército, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, para destruição ou doação aos órgãos de segurança pública ou às Forças Armadas, na forma do regulamento desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 13.886, de 2019)

§ 1º As armas de fogo encaminhadas ao Comando do Exército que receberem parecer favorável à doação, obedecidos o padrão e a dotação de cada Força Armada ou órgão de segurança pública, atendidos os critérios de prioridade estabelecidos pelo Ministério da Justiça e ouvido o Comando do Exército, serão arroladas em relatório reservado trimestral a ser encaminhado àquelas instituições, abrindo-se-lhes prazo para manifestação de interesse. (Incluído pela Lei nº 11.706, de 2008)

§ 1º-A. As armas de fogo e munições apreendidas em decorrência do tráfico de drogas de abuso, ou de qualquer forma utilizadas em atividades ilícitas de produção ou comercialização de drogas abusivas, ou, ainda, que tenham sido adquiridas com recursos provenientes do tráfico de drogas de abuso, perdidas em favor da União e encaminhadas para o Comando do Exército, devem ser, após perícia ou vistoria que atestem seu bom estado, destinadas

de “escolas da comunidade”, em razão de um elevado crescimento populacional no período, sendo a oferta de serviços insuficiente para atender a demanda. Estas escolas se espalharam por todo o país. Ao longo dos anos 1980 as “escolas da comunidade” voltam a se estabelecer, basicamente em função do mesmo motivo: o sistema público oficial não consegue absorver as crianças e adolescentes de todas as comunidades, especialmente as periféricas. Seu objetivo não é apenas ser incluyente, mas desenvolver um trabalho pedagógico que assume a realidade das comunidades como parte do processo ensino-aprendizagem, tendo a experiência das pessoas como base de uma ação transformadora. Em 1986 o movimento das Escolas Comunitárias cria a AEEC, para politizar o debate educativo e lutar pelo reconhecimento das escolas comunitárias como espaço educativo e pela garantia de funcionamento, via acesso a recursos públicos. A partir dos anos 1990, o movimento prioriza o investimento na qualificação de sua prática, no reconhecimento de seu trabalho pelo Estado, e se afirma como organização que atua no campo da Educação Popular, construindo uma identidade entre as diversas experiências pedagógicas que as escolas comunitárias desenvolvem. (Costa, 2008:12- 13 e 14).

Como pode-se observar ao longo de todo este texto, o cenário das mobilizações e ações coletivas altera-se no campo da Educação, no século XXI, entram em cena novos sujeitos, muitos deles institucionais, como as Fundações e entidades do Terceiro Setor. Estas entidades foram estimuladas pelas novas diretrizes governamentais- tanto nacional como internacional,

Terceiro Setor – que gerou a regulamentação de novas regras para parceria público-privado. Foram estimuladas também pela criação de novos fundos e projetos de apoio e estímulo a articulação das entidades da sociedade civil e as redes públicas de escolas do ensino básico, assim como os novos Fóruns e Conferências Nacionais, Plano Nacional da Educação etc. E estimuladas ainda por linhas de projetos/programas lançadas por entidades de apoio à pesquisa acadêmica, como o CNPq, a FAPESP e outras. Alguns destes sujeitos passam a falar e a reivindicar o nome de “movimento social” para suas ações.

O leque de articulações que deu origem aos novos sujeitos também se amplia, e cruzando temáticas de gênero, etnia, faixas etárias e nacionalidade. Algumas ações ou movimentos na área da educação foram criados nos últimos anos do século XX, a exemplo da Campanha Nacional de Direitos da Educação, mas a maioria foi criada nos primeiros anos do novo século, muitos deles já no padrão organizativo predominante neste novo século que é o de se organizar segundo um foco. Assim, negros, índios e outros excluídos articularam o movimento ao redor da questão das cotas nas universidades levando a criação de programas como o PROUNI; ou em movimentos específicos de mulheres negras como o Fala Preta, movimento por escolas dos Quilombolas, movimento por universidades para negros como a universidade da Cidadania Zumbi dos Palmares, criada em 2001 em São Paulo. Segundo alguns analistas, o multiculturalismo que está por detrás destas políticas, na Europa está tendo um resultado muito contraditório. De um lado, afirmou a cultura de minorias, deu dignidade às diferenças. De outro, o multiculturalismo não levou à integração e sim à segregação. O objetivo inicial, de promover a tolerância, levou ao seu contrário -a intolerância e hostilidade dos grupos que se agregaram identitariamente. Resta avaliar os resultados destas políticas no Brasil, aplicadas sem nenhuma mediação em relação às diferenças históricas do processo brasileiro de construção de sua nação.

O “Compromisso Todos pela Educação” é um outro exemplo

dos novos movimentos sociais na área da educação neste milênio. Ele é uma coalização de pessoas do mundo empresarial e/ou das elites empresariais tais como G. Gerdau, J. Roberto Marinho, ou executivos de grandes bancos e personalidades do Terceiro Setor com destacada atuação no campo da educação como Viviane Senna, Milu Vilela, Ana Dinis, Norberto Pascoal etc. além do Instituto Ethos, o GIFE, apoio da Unesco. A proposta é no sentido de fazer da Educação uma ferramenta básica para o próprio desenvolvimento do país, pressionando o governo para que ela se torne a principal política pública. A proposta é focalizar a rede pública da escola básica. Quando o Compromisso foi lançado, cinco metas básicas foram propostas para serem atingidas, até 2022.

Movimentos sociais já existentes no século XX também se reorganizaram, a exemplo Campanha Nacional de Direitos da Educação-CNDE, que teve sua origem em de 1999, no contexto preparatório da Cúpula Mundial de Educação no Senegal /2000). Na ocasião, um grupo de organizações da sociedade civil brasileira lançou a Campanha, com a meta de contribuir para a efetivação dos “direitos educacionais garantidos na Constituição, por meio de ampla mobilização social, de forma a que todos tenham acesso a uma escola pública de qualidade. A Campanha surge justamente no momento que a educação passa a ser eixo central no discurso das reformas de estado e, ao mesmo tempo, em que se atribui à Educação um papel estratégico no novo modelo de desenvolvimento articulado pelas políticas da globalização. A Campanha alinha-se em rede com 120 instituições, movimentos ou redes internacionais, a exemplo da Campanha Global.

A Campanha possui um Comitê Diretivo e Comitês Estaduais em treze estados brasileiros. Com uma coordenação localizada em São Paulo, ela realiza anualmente uma Assembleia Geral e se submete à Avaliação Técnica e à Auditoria Externa, desenvolvida por consultorias especializadas. As seguintes entidades compõem a Campanha: Ação Educativa, Action Aid, Centro de defesa da Criança e do Adolescente do Ceará, CEDECa, Centro de Cultura Luiz Freire, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação- CNTE Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem-Terra-MST, União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação-UNDIME, União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação- UNCME. Nos últimos anos destacam-se as campanhas pela aplicação de mais verbas públicas para a educação resultando em projetos nacionais como o que destina 75% dos royalties do petróleo para a educação.

3-A Presença das Lutas pela Educação nas Manifestações de Junho de 2013.

Dentre outros movimentos sociais protagonizados por estudantes, fora das escolas, destaca-se o MPL- Movimento Passe Livre. O MPL foi criado oficialmente em 2005 em Porto Alegre, mas desde 2003 esteve presente em manifestações importantes de estudantes em Florianópolis, Salvador etc. Em 2007 ganharam notoriedade na mídia na questão das tarifas de ônibus (muitos atos se realizavam dentro próprio veículo-pulavam a catraca). O bilhete único existente em várias cidades brasileiras foi uma conquista que deve ser atribuída à luta

Para não irmos tão longe relembro apenas a luta por transporte (ônibus) ao final dos anos de 1970, em movimentos sociais populares em bairros da periferia apoiados pelas CEBS- Comunidades Eclesiais de Base. A mobilidade urbana é uma questão central para o cidadão, para o exercício da cidadania e une todas as camadas sociais, que sofrem o pesadelo dos deslocamentos diários no trânsito,